



PODER EXECUTIVO

Diário Oficial Eletrônico do Município de Caratinga - MG
Caratinga, 12 de fevereiro de 2026 – ANO XIV – Edição nº 6200 – [Lei nº 3.357/2013](#)

GABINETE

DECRETO EXECUTIVO Nº 053/2026

“Dispõe sobre revogação de ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Caratinga/MG, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Tornar sem efeito a exoneração de **ISÁ MARTINS DE LIMA**, cargo **DIRETOR DE TRANSPORTE DA SAÚDE**.

Art. 2º - Tornar sem efeito a nomeação de **ISÁ MARTINS DE LIMA**, cargo **SUPERINTENDENTE DE OBRAS PÚBLICAS**.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/02/2026.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caratinga/MG, 12 de fevereiro de 2026.

Giovanni Correa da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 054/2026

“Dispõe sobre a nomeação de ocupante de cargo de provimento em comissão da Administração Pública e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Caratinga/MG, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR JURÍDICO**, símbolo – CC-4, o **Sr. CLAYTON CLAY ALVES**.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caratinga, 12 de fevereiro de 2026.

Giovanni Correa da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 055/2026

“Autoriza a cessão, sem ônus, do Servidor Luis Henrique Bittencourt de Carvalho à Câmara Municipal de Caratinga e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Caratinga/MG, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a solicitação do Presidente da Câmara Municipal de Caratinga, solicitando a cessão do Servidor Efetivo Luis Henrique Bittencourt de Carvalho para ocupar o cargo comissionado de Assessor Jurídico Legislativo na Câmara Municipal;

Considerando as disposições do art. 119 da Lei nº 1.891, de 30 de agosto de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público”;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a cessão do servidor **LUIS HENRIQUE BITTENCOURT DE CARVALHO**, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, matrícula 64-7, à Câmara Municipal, sem ônus ao Município de Caratinga.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caratinga, 12 de fevereiro de 2026.

Giovanni Correa da Silva
Prefeito Municipal

EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE

INTERESSE SOCIAL REURB-S

PRAZO DE 30 DIAS

A presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária de Caratinga - MG, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos terceiros eventualmente interessados e, especialmente, aos senhores confinantes e confrontantes do núcleo urbano **Dom Lara**. [Anexo](#)

PLANEJAMENTO E FAZENDA

MUNICÍPIO DE CARATINGA/MG – Torna Público Extrato de Termo de Aditivo nº 007/2025 do Processo Administrativo nº 042/2021, Dispensa Por Justificativa nº 005/2021, Contrato nº 015/2021 – Objeto: Contratação junto ao consórcio intermunicipal de desenvolvimento econômico e social dos municípios do leste de Minas - CIDES-LESTE, para a gestão da prestação dos serviços de coleta de resíduos sólidos, do tipo domiciliar, comercial, varrição e capina de vias e logradouros públicos, limpeza, lavagem e desinfecção de área pós feiras livres, equipes para atividades diversas e sistema de coleta containerizada.. Empresa: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DOS MUNICIPIOS DO LESTE DE MINAS-CIDES/LESTE. Fica aditado o prazo do presente contrato até 31/03/2026. Permanecendo inalteradas as demais disposições do Contrato inicial e as condições nele estipuladas. Caratinga/MG – 12/02/2026. Giovanni Correa da Silva – Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE CARATINGA/MG – Extrato do Contrato nº 014/2026 – Processo Administrativo nº 032/2026, Inexigibilidade nº 006/2026 AUTORIZO a presente, cujo objeto é a Contratação de atração artística visando a apresentação de show musical da dupla Leandro e Romário, no dia 31 de maio de 2026, como parte da programação oficial da 1º Festa do Café no Município de Caratinga/MG Empresa: L&R PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.584.871/0001-03. O valor global da contratação será da ordem de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Prazo de vigência da contratação será até a data do respectivo evento dia 31 de maio 2026 - Caratinga/MG 12 de fevereiro de 2026 – Odiele de Souza – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

MUNICÍPIO DE CARATINGA/MG – Extrato de Autorização de Inexigibilidade – No cumprimento do art. 74, da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, e, com vistas às justificativas contidas no Processo Administrativo nº 032/2026, Inexigibilidade nº 006/2026, AUTORIZO a presente, cujo objeto é a Contratação de atração artística visando a apresentação de show musical da dupla Leandro e Romário, no dia 31 de maio de 2026, como parte da programação oficial da 1º Festa do Café no Município de Caratinga/MG. Empresa: L&R PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.584.871/0001-03. O valor global da contratação será da ordem de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Prazo de vigência da contratação será até a data do respectivo evento dia 31 de maio 2026 - Caratinga/MG 12 de fevereiro de 2026 – Odiele de Souza – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESOLUÇÃO/CMDCA Nº 002/2026

Dispõe sobre a criação e nomeação da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação da Prestação de Contas dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, e dá outras providências.

O CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) de Caratinga/MG, órgão Deliberativo e Controlador da Política de Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em pleno uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei



PODER EXECUTIVO

Diário Oficial Eletrônico do Município de Caratinga - MG

Caratinga, 12 de fevereiro de 2026 – ANO XIV – Edição nº 6200 – [Lei nº 3.357/2013](#)



8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal Nº 3.213/2010, alterada pelas leis nº 3.614/2016 nº 3.690/2018, nº 3.837/2021 e nº 3.939/2023.

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos financeiros do FIA, bem como a execução dos projetos pelas organizações da sociedade civil e órgãos governamentais;

CONSIDERANDO que o Fundo Municipal está estruturado conforme as diretrizes do CONANDA e da Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC).

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias, e a necessidade de emissão de parecer técnico sobre a prestação de contas e;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária em reunião ordinária realizada no dia 11/02/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação da Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA/FIA).

Art. 2º A Comissão será composta paritariamente, com no mínimo 04 membros (titulares e respectivos suplentes), sendo representantes do governo e da sociedade civil integrantes do CMDCA, na seguinte forma:

• Representantes Governamentais:

- Titular: Cleber Bento Pereira
- Suplente: Rozane Xavier Correia

• Representantes Não Governamentais (Sociedade Civil):

- Titular: Katyucia Murta Sampaio
- Suplente: Edivânia Batista Carlos Rodrigues

Art. 3º Compete à Comissão de Prestação de Contas:

- I - Analisar os relatórios de execução do objeto e de execução financeira apresentados pelas entidades beneficiárias de recursos do FIA;
- II - Verificar a conformidade das despesas com o plano de trabalho e plano de aplicação aprovados;
- III - Emitir parecer técnico fundamentado sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas;
- IV - Monitorar, in loco se necessário, a execução dos projetos;
- V - Encaminhar ao Plenário do CMDCA os processos de prestação de contas com os respectivos pareceres para deliberação final.

Art. 4º Os processos de prestação de contas deverão ser avaliados no prazo de até 30 dias após o recebimento, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

Art. 5º A Comissão poderá solicitar documentos complementares e a emissão de parecer contábil da Controladoria/Contabilidade municipal, caso necessário.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Caratinga-MG, 12/02/2026
Katyucia Murta Sampaio
Presidente do CMDCA
Gestão 2026/2028

RESOLUÇÃO/CMDCA Nº 003/2026

Dispõe sobre a criação e nomeação da Comissão de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação das Instituições e Programas de Atendimento à Criança e ao Adolescente inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente-CMDCA no município de Caratinga/MG e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Caratinga/MG, órgão Deliberativo e Controlador da Política de Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em pleno uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal Nº 3.213/2010, alterada pelas leis nº 3.614/2016 nº 3.690/2018, nº 3.837/2021 e nº 3.939/2023.

CONSIDERANDO a competência do CMDCA para inscrever e fiscalizar os programas e entidades de atendimento (Art. 90 e 91 do ECA);

CONSIDERANDO a necessidade de monitorar as parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil (OSC), conforme Lei Federal nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO a necessidade de verificação *in loco* do funcionamento das instituições de atendimento, inclusive acolhimentos, visando a garantia dos direitos fundamentais;

RESOLVE:

Art. 1º – Criar e regulamentar a **Comissão de Monitoramento e Fiscalização de Entidades e Programas de Atendimento** do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 2º – A Comissão terá caráter permanente, composta por representantes governamentais e da sociedade civil, de forma paritária, respeitando a composição do próprio conselho.

Art. 3º – Compete à Comissão de Monitoramento e Fiscalização:

- I – Realizar visitas periódicas de monitoramento e avaliação (in loco) nas entidades de atendimento inscritas no CMDCA;
- II – Analisar os relatórios de execução dos programas e projetos;
- III – Verificar a adequação dos serviços às diretrizes da Lei nº 8.069/90 (ECA);
- IV – Emitir relatórios técnicos circunstanciados sobre o andamento das atividades e resultados alcançados;
- V – Propor ao Plenário do CMDCA a renovação, suspensão ou cassação do registro da entidade ou da inscrição do programa, caso constatadas irregularidades;
- VI – Acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas em parcerias (termo de fomento).

Art. 4º – As atividades de fiscalização da Comissão poderão ser realizadas *inopino* (sem aviso prévio), garantindo a observação das condições reais de funcionamento.

Art. 5º – A Comissão será composta pelos seguintes conselheiros, nomeados para um mandato de [Tempo do mandato]:

• Representantes Governamentais:

- Cleber Bento Pereira
- Jaqueline Marli dos Santos



PODER EXECUTIVO

Diário Oficial Eletrônico do Município de Caratinga - MG
Caratinga, 12 de fevereiro de 2026 – ANO XIV – Edição nº 6200 – [Lei nº 3.357/2013](#)



- Claudiano Marinho Marques
- **Representantes da Sociedade Civil:**
- Edivânia Batista Carlos Rodrigues
- Katyucia Muta Sampaio
- Leila Emanuele Diniz

Art. 6º – A Comissão apresentará relatórios periódicos em Reunião Ordinária para deliberação do Plenário do CMDCA.

Art. 7º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caratinga-MG, 12/02/2026
Katyucia Muta Sampaio
Presidente do CMDCA
Gestão 2026/2028